

CURSO DE FORMAÇÃO: A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM CICLOS DE APRENDIZAGEM

25 DE SETEMBRO DE 2013

A organização da escola em ciclos de aprendizagem: em defesa da igualdade de resultados

Ocimar Munhoz Alavarse

A adoção dos ciclos como forma de organização do ensino fundamental significa uma polarização com a escola seriada e, ao mesmo tempo, uma expressão de política educacional para a democratização da escola compreendida na tentativa de superar o fracasso escolar, expresso particularmente pelas altas taxas de reprovação, e de elaboração de um currículo mais articulado e ampliado culturalmente.

Como nota histórica, devemos destacar que é a partir do início dos anos 1980, com o chamado Ciclo Básico abarcando as duas séries iniciais, que a temática ganha proeminência nos debates educacionais brasileiros, ainda que antes desse período tenham se registrado iniciativas com algumas semelhanças, como, por exemplo, em 1920, na Reforma Sampaio Dória, no ensino paulista.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de dezembro de 1996, notadamente pela incorporação da possibilidade dos ciclos, assiste-se a um sensível acréscimo de experiências com sua adoção. Contudo, em algumas iniciativas de redes públicas de ensino, os ciclos caracterizaram-se mais por atenuar os critérios de avaliação existentes na seriação, mediante a introdução da promoção automática - ou progressão continuada ou avanços progressivos etc. - entre algumas séries que foram agrupadas sob a denominação de ciclos, mantendo-se muitas vezes a possibili-

dade de reprovação por desempenho ao final de cada ciclo. Em outras situações, as medidas foram mais intensas, com mudanças curriculares, incluindo avaliação, rearranjo dos tempos escolares e alterações no trabalho docente.

A adoção dos ciclos produziu uma acirrada polêmica, com destaque nos meios de comunicação e envolvimento de autoridades educacionais, com manifesta resistência de professores, que associam ciclos à queda da qualidade do ensino. Entre os que apoiam os ciclos, contudo, há muitas restrições quanto à maneira pela qual foram implantados, quer seja pela consideração de que as discussões e fundamentações foram insuficientes, quer seja pela constatação de que não teriam ocorrido alterações nas condições materiais de funcionamento das escolas.

Ao longo do século XX os sistemas educativos formais foram estruturados verticalmente em séries e etapas mediante a introdução e difusão de exames, provas e decisões de promoção de série, de tal modo que a extensão da educação obrigatória foi associada com escola seriada - graduada - gerando adicionalmente o fenômeno do fracasso escolar e dos repetentes e com a avaliação a serviço de "escolher os melhores" alunos. Ademais, a seriação infundiu um modelo de organização horizontal de enturmação de alunos.

Diante desse quadro, estabeleceu-se no mundo acadêmico uma visão que identificava no interior das escolas práticas avaliativas consideradas

como "classificatórias e seletivas" e produtoras de exclusão social, fortalecendo argumentos para as iniciativas de ciclos de aprendizagem e de promoção automática.

Entretanto, pode-se afirmar, sem prejuízo de outras polêmicas, que o desafio, especialmente, para o ensino fundamental, é o de introduzir no debate educacional a defesa da igualdade de resultados, isto é, o desafio da aprendizagem para todos, como um direito dos alunos, evidenciando que tal direito se expressa nos termos de um dever da escola, mas que não pode ser confundido com a responsabilização absoluta dos profissionais da escola, nem confundido com a massificação de provas externas. Uma escola obrigatória não poderia apresentar as atuais disparidades de aproveitamento entre seus concluintes, quer pelos critérios das avaliações internas, quer pelos advindos de avaliações externas.

Então, próximos da igualdade de oportunidades para todos, seria politicamente necessário defender um processo de escolarização que tenha como meta a igualdade de resultados nas aprendizagens, sublinhando, entre outros tópicos, a necessidade de práticas avaliativas formativas. Isto abarca, inclusive, o debate sobre as alternativas de organização dessa etapa e o combate por políticas e práticas que garantam esta igualdade,

ressaltando-se três aspectos que seriam indispensáveis no âmbito da reorganização da avaliação e do tempo escolar: diferenciação pedagógica, percursos individualizados e trabalho coletivo.

A ideia central para a adoção dos ciclos de aprendizagem seria, portanto, o combate político à exclusão, mas cujo verdadeiro alcance se manifesta na inclusão dos alunos no universo do conhecimento, rompido o esquema seriado que faz o processo pedagógico orbitar sobre o binômio aprovação/reprovação ao final do ano letivo e transforma a escola numa "máquina meritocrática excludente".

A escola seriada não deu conta e não favoreceu sua democratização e muito menos o sucesso de todos. Com efeito, a escola está em questão. De outro lado, isso exige que se tome a escola como questão, isto é, que seja pensada em sua totalidade, tarefa na qual a proposta de ciclos de aprendizagem pode contribuir, pois fica patente o enorme potencial democrático que condensa, mas as evidências de sua implantação revelam que ainda falta muito a ser cumprido.

Ocimar Munhoz Alavarse -
*professor da Faculdade de Educação
da Universidade de São Paulo (Feusp)*

